

Comunidade Internacional ⁷/₂/₉₄ «indemniza» desmobilizados

Um projecto financiado pela comunidade internacional de concessão de 18 meses de salários suplementares aos soldados desmobilizados moçambicanos foi aprovado em Maputo, numa reunião dos países doadores com as Nações Unidas.

O projecto, no valor de «pouco menos de 20 milhões de dólares», destina-se a «permitir aos desmobilizados dos Exércitos do Governo e da Renamo «terem um tempo razoável para se reintegrarem na vida civil», deu a conhecer aos jornalistas o representante especial da ONU em Moçambique,

Aldo Ajello.

O responsável das Nações Unidas afirmou que, sem perspectivas de futuro, os soldados representavam uma ameaça desestabilizadora para o País.

«Não há perigo de uma nova guerra. Creio que havia perigo de desestabilização do País», a falta dos suplementos salariais agora decididos, afirmou.

«Havia perigo de estes soldados desesperados, porque não têm dinheiro, não têm recursos financeiros, não sabem o que fazer, não têm trabalho (...) se tornarem bandidos», comentou.

«Temos que evitar que isso aconteça e a maneira de fazer isto é, antes de fazer um programa de médio e longo prazo, fazer um programa imediato que sirva para manter os soldados em condições de sustentar a família e viver» — indicou.

A gestão dos fundos deste projecto de «indemnização suplementar» será feita pelas Nações Unidas, com envolvimento do PNUD.

80 MIL MILITARES ENVOLVIDOS NA ACÇÃO

Cerca de 80 mil desmobilizados serão abrangidos por este esquema de indemnizações, distribuído em mensalidade

des iguais ao longo dos 18 meses, segundo Ajello. O valor em causa estima-se em cerca de 250 dólares (43.500 escudos) em média por desmobilizado.

De acordo com o representante da ONU em Moçambique, os soldados receberão mais do que o seu actual salário (32.000 meticais, pouco mais de 1.000 escudos) e os militares mais graduados um suplemento inferior aos seus actuais soldos.

Os 18 meses de indemnização somam-se aos seis meses de salários que, nos termos do Acordo Geral de Paz, o Governo pagará aos desmobilizados, três no acto de passagem à disponibilidade e mais três nos meses seguintes.

O chefe da Onumoz indicou que o projecto «está basicamente financiado», faltando «financiar duas ou três contribuições» pelos doadores, os principais são os países nórdicos, a Itália, os Estados Unidos e a Alemanha.

Ajello disse que os recursos financeiros «serão suplementares» e não sairão do «Fundo de Reintegração», também

financiada pela comunidade internacional, destinado à acções concretas para apoiar os soldados.

O representante da ONU acrescentou que vai também ser fornecida ajuda, num montante não indicado, para identificar todas as áreas onde possa haver trabalho para os desmobilizados, informá-los e dar-lhes formação adequada.

Negou que com esta indemnização suplementar cresçam as dificuldades, que estão a ser sentidas do lado governamental, para que os seus militares estejam dispostos a enfileirar-se voluntariamente no novo Exército único.

Numa recente deslocação a duas áreas de acantonamento governamentais, Ajello apercebeu-se da recusa quase geral dos efectivos em vir a integrar o novo Exército único.

A maneira de resolver essa questão «é fornecer incentivos aos soldados que têm de integrar o mesmo» — disse o responsável da ONU. «O Governo está consciente disso» — acrescentou.